



1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 24/06/2021.**

2 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, no formato  
3 virtual, link <http://meet.google.com/ezi-wbhg-qvq>, participaram os seguintes membros do Conselho  
4 Municipal de Saneamento Básico - COMSAB: Laudelino de Bastos e Silva (SMMA); João Gaudêncio  
5 Neto (Gab. Prefeito); Guilherme Graciosa Pereira (FLORAM); Janaína Guesser Prazeres (SMI);  
6 Alcino Caldeira Neto (SMCAM); Iara Réus Magalhães (SMS); Alexandre João Vieira (SMSF);  
7 Francisco José Guedes Pimentel e Nathan Ferreira Picolli (CASAN); Wilson R. Cancian Lopes  
8 (COMCAP); Felipe Paulo de Oliveira (IPUF); Fernando César Demetri (ACIF); Eugênio Luiz  
9 Gonçalves e João Henrique Mertem Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da Silva de Souza  
10 (UFECO); Djan Porrua de Freitas (ABES/SC); Pablo Heleno Sezerino e Flávio Rubens Lapolli  
11 (UFSC); Leonardo Lacerda da Silva (SINTAEMA); Tatiana da Gama Cunha e Fabiane A. Tasca  
12 Goerl (Ent. Relac. Ao San. Básico, Maricultura e Meio Ambiente); Carlos B. Leite e Emerilson Gil  
13 Emerin (SINDUSCON), totalizando dezoito (18) instituições do Conselho representadas na reunião,  
14 perfazendo um total de vinte e três (23) conselheiros. Também participaram da reunião: Jaison Luís  
15 de Souza (ABES/SC); Leandro Lino Freitas (IPUF); Cesar Luiz Corbalini (ABEMEC/SC); Alexandre  
16 Trevisan, Rodrigo Maestri (CASAN); Daniel Crippa Lemos (SENGE/SC); Beatriz Campos Kowalski  
17 (FLORAM); Fábio Gomes Braga, Alexandre Francisco Böck e João Henrique Quissak Pereira  
18 (SMMA); Kissia Stein e a secretária executiva do COMSAB Paulina Korc, completando trinta e três  
19 (33) participantes. A 4ª Reunião Ordinária Virtual do COMSAB foi conduzida pelo presidente, em  
20 exercício, Laudelino de Bastos e Silva. Considerando haver quórum regimental necessário,  
21 confirmado pela secretária executiva do COMSAB, **Laudelino** iniciou a reunião agradecendo a  
22 participação dos conselheiros e deu as boas vindas ao Secretário Municipal de Meio Ambiente Fábio  
23 Gomes Braga, à Superintendente da FLORAM Beatriz Campos Kowalski e aos demais participantes  
24 na presente reunião. Na sequência, informou que foi encaminhada à Secretaria Municipal da Casa  
25 Civil a minuta do projeto de lei solicitando a alteração da Lei 7474/2007, para ajustamento das  
26 condições de operação do COMSAB, considerando que a LC 706/2021 transferiu a  
27 Superintendência de Saneamento para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). Na  
28 reforma administrativa, a gestão do Conselho também ficou vinculada à SMMA, porém ficou o  
29 impasse legal sobre a titularidade da presidência. Para tanto, **Laudelino** disse que foi indicado pelo  
30 Secretário de Infraestrutura, conforme o decreto de nomeação da atual gestão do COMSAB, para  
31 presidir de forma interina o COMSAB, com anuência do setor jurídico do Município. **Laudelino** disse  
32 que tem a missão de colocar em dia as reuniões previstas para o ano de 2021, realizando duas  
33 reuniões mensais, somando até o final do ano as doze (12) reuniões previstas no calendário. Na  
34 oportunidade, solicitou que os conselheiros encaminhem à secretaria executiva as propostas de  
35 pauta para serem discutidas no decorrer das reuniões. Conforme previsto em pauta, foram  
36 homologadas as justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Telma de Oliveira Pitta e



37 Kamila M. de Lima (SMDU); Carlos André Pincelli e Cristiane Quimelli Snoijer (VISA); Fabio Farias  
38 (Procon). Posteriormente, a pedido do Presidente interino, **Paulina** relacionou os novos conselheiros  
39 e as instituições que representam, designados em 2021, para compor o COMSAB. Na sequência,  
40 **Laudelino** colocou em apreciação as atas, da 3ª Reunião Ordinária Virtual e da 4ª Reunião  
41 Extraordinária Virtual, sendo aprovadas por unanimidade. Como terceiro item da pauta, **Laudelino**  
42 passou a palavra ao Secretário de Meio Ambiente. Na oportunidade, **Fábio Gomes Braga**  
43 cumprimentou a todos e se apresentou enfatizando ser o primeiro Secretário Municipal da recém-  
44 criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) a qual conta com as pastas que  
45 contemplavam a parte do meio ambiente do Município. Na reforma administrativa, o Prefeito unificou  
46 todas as pastas que pensam o meio ambiente na cidade, numa estrutura única. Sendo assim, trouxe  
47 o saneamento que era da Secretaria de Infraestrutura, coleta de resíduos que era da COMCAP e a  
48 FLORAM, responsável pelo licenciamento, Unidades de Conservação (UC) e fiscalização. A SMMA  
49 é composta por três superintendências, sendo: Superintendência da FLORAM, sendo conduzida  
50 pela Superintendente Beatriz Campos Kowalski; Superintendência de Saneamento Básico conduzida  
51 por Lucas Barros Arruda e Superintendência de Resíduos Sólidos conduzida por Ulisses Bianchini e  
52 o Secretário adjunto da pasta é o Laudelino de Bastos e Silva, que também foi designado como  
53 Presidente interino deste Conselho Municipal. **Secretário Fábio** enfatizou que a equipe é qualificada  
54 para ocupar a pasta e está atuando de forma técnica, com construção política, sobretudo deixando  
55 de lado a questão ideológica e partidária, assim como este Conselho, buscando o melhor para a  
56 Cidade. Os contratos que eram da COMCAP, pertinentes a coleta de resíduos sólidos, foram todos  
57 aditivados e passados à SMMA. Já os que versam sobre limpeza urbana, também foram aditivados  
58 e levados à Secretaria de Infraestrutura. Atualmente, a estrutura da COMCAP permanece com a  
59 folha de pagamento e o sistema de saúde do trabalhador. Em relação ao Fundo Municipal do Meio  
60 Ambiente, a parte administrativa é de responsabilidade da SMMA a qual faz a gestão, mas o Fundo  
61 Municipal do Meio Ambiente permanece ativo na FLORAM. Em relação ao Fundo Municipal de  
62 Saneamento Básico (FMSB), o mesmo ficou com a Secretaria de Infraestrutura. Saliu que a  
63 equipe do saneamento tem a missão de elaborar projetos para apresentar no Fundo e utilizar o  
64 recurso com implementação de novos projetos, enfatizando que o Laudelino está a frente disso. A  
65 SMMA está instalada onde era a sede administrativa da COMCAP. Saliu que a Secretaria está  
66 aberta aos conselheiros. **Secretário Fábio** disse ainda que a parte do CVR do Itacorubi, que faz  
67 toda a gestão do resíduo sólido do Município, também é de responsabilidade da SMMA. O  
68 **Secretário** enfatizou que a SMMA agregou todas as UCs e os espaços públicos da Cidade que  
69 estavam distribuídos em diversas pastas, exemplificando o Jardim Botânico, os quais doravante  
70 serão administrados com política única de atuação, assim como a educação ambiental do Município  
71 foi unificada e está vinculada a SMMA. **Fábio Braga** enfatizou que a Secretaria está com muitas  
72 demandas nestes primeiros meses, sobre os resíduos sólidos, a minhoca, as UCs, as invasões,



73 dentre outras. A Secretaria de Meio Ambiente se tornou referência na cidade em pouco tempo de  
74 existência, inclusive alguns problemas não afetos à SMMA, os quais são direcionados à Secretaria  
75 correta. **Fábio** se colocou à disposição do COMSAB no que for necessário e desejou profícuo ano  
76 de trabalho. **Laudelino** agradeceu a participação do Secretário e deu sequência à reunião. **Carlos**  
77 **Leite** indagou se o Superintendente de Saneamento Básico Faz parte do Conselho. Ao que **Laudelino**  
78 informou que o Superintendente Lucas é suplente e que está impossibilitado de participar na  
79 presente data por conta de outro compromisso em Brasília. Sobre o questionamento levantado na  
80 reunião anterior pelo conselheiro Eugênio em relação a duplicidade que havia entre a atividade do  
81 Valter Gallina como presidente da COMCAP e Secretário de Infraestrutura, **Laudelino** salientou que  
82 os contratos não são mais da COMCAP e sim da Secretaria. Portanto, quando o Gallina autoriza  
83 pagamento, ele autoriza como Secretário, esta despesa não transita na contabilidade da COMCAP.  
84 **Eugênio** enfatizou que a Lei Orgânica reza que o Secretário não pode assumir outro cargo, assim  
85 como o Prefeito não pode. Na oportunidade, o conselheiro **Eugênio** disse que seria prudente a  
86 gestão municipal avaliar a situação mencionada se está em conformidade com a Lei Orgânica do  
87 Município. Conforme previsto no quarto item da pauta, **Laudelino** passou a palavra à  
88 Superintendente da FLORAM, para tratar sobre o ocorrido na Lagoa da Conceição em janeiro de  
89 2021 e as providências que estão sendo tomadas no decorrer deste ano. **Beatriz Campo Kowalski**  
90 fez uso da palavra, se apresentando, cumprimentando a todos e informando que está desde março  
91 como Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM. Disse estar empolgada  
92 com a vastidão das oportunidades, mas também a responsabilidade e o dever inerente ao cargo que  
93 ocupa. **Beatriz** disse que repassará alguns dados relevantes do que vem acontecendo na Lagoa da  
94 Conceição. Na oportunidade, salientou a importância da participação, na presente reunião, do  
95 conselheiro Guilherme, o qual faz parte do grupo técnico que acompanha o licenciamento e o Projeto  
96 de Recuperação de Área Degradada (PRAD) da Lagoa da Conceição, e de vários membros da  
97 CASAN que acompanham as operações no Leste da Ilha. A **Superintendente** disse que a situação  
98 chegou à FLORAM em outubro de 2020, quando a CASAN requereu a renovação da Licença  
99 Ambiental de Operação (LAO), perante a FLORAM, órgão licenciador competente. Com o Processo  
100 47.464/2020, a FLORAM está analisando o licenciamento ambiental e as condições ou não de  
101 renovação da LAO. Desde então vem sendo realizadas várias tratativas junto à CASAN para  
102 aprimorar o processo, tanto no tratamento de efluente gerado na Estação de Tratamento de Esgoto  
103 (ETE), quanto nas demais situações de disposição de efluentes na lagoa de evapoinfiltração (LEI) e  
104 demais elementos. Em 25 de janeiro de 2021, a cidade foi surpreendida com o extravasamento da  
105 LEI que acabou vitimando as construções e os moradores da Servidão Manoel Duarte e o efluente  
106 chegou de forma abrupta na Lagoa da Conceição. No mesmo dia, a FLORAM lavrou o ato de  
107 infração no valor de quinze milhões de reais, o qual já foi julgado procedente na primeira instância e  
108 será avaliado pelo CONDEMA, em segunda instância. A FLORAM requereu à CASAN o PRAD, o



109 qual foi apresentado e, na interlocução entre CASAN e FLORAM, com alguns ajustes. O PRAD foi  
110 aprovado e está em implantação visando reparar os problemas decorridos do evento de janeiro.  
111 Desde então, a FLORAM vem requerendo vários aprimoramentos e melhorias, projetos e agora as  
112 medidas mais importantes, sendo uma delas a limpeza do fundo da LEI, até por conta do sedimento  
113 acumulado que vem prejudicando a infiltração, além da própria saturação da área. Em relação ao  
114 barramento ou contenção do talude, que no momento está sem estabilidade necessária, a FLORAM  
115 está requerendo esta segurança e, mais recentemente, a questão da proposta de alternativa  
116 locacional de destinação dos efluentes na região e também a melhoria da qualidade do efluente, que  
117 seja a nível terciário. No dia 07 de junho, a FLORAM recebeu da CASAN um pleito de bombeamento  
118 emergencial para que fosse retirado um pouco dos efluentes da LEI. Na ocasião, por conta da  
119 ausência de justificativa da emergência, a ponto de demandar o comprometimento de uma nova  
120 área, a FLORAM requereu à CASAN que fossem realizadas vistorias na área e também comprovada  
121 a segurança da LEI, considerando que, até então, contava-se com o cenário de vida útil de trinta  
122 meses. Por conta das fortes chuvas ocorridas no início de junho, as equipes estavam em alerta que,  
123 além das vistorias realizadas pela CASAN, a FLORAM juntamente com a Defesa Civil Municipal,  
124 esteve na área várias vezes e constataram algumas fragilidades. Na segunda quinzena de junho,  
125 que foi o alvo do cenário crítico, a FLORAM recebeu da CASAN, o estudo de vida útil atualizado  
126 apresentando o alerta crítico por conta da vida útil estar prevista para dois meses, considerando que  
127 a LEI da forma em que se encontra, tem uma cota máxima de dez metros, que seria atingida num  
128 cenário de trinta meses passou à iminência em agosto do corrente ano. Por conta das chuvas  
129 excepcionais previstas para o mês em curso e da diminuição drástica da vida útil da LEI, a FLORAM  
130 determinou que a CASAN instalasse em regime emergencial um sistema de bombeamento que  
131 deveria contemplar, no sistema de bombas paralelas, a vazão de duzentos litros por segundo. A  
132 CASAN instalou três bombas para aliviar a LEI, não deixando que superasse a cota de nove metros.  
133 Simultaneamente, a FLORAM indicou à CASAN, qual seria o local de instalação das bombas, ao Sul  
134 da LEI, e também o local de destinação dos efluentes bombeados, sem prejuízos ao ecossistema da  
135 UC e Área de Preservação Permanente (APP). **Beatriz** enfatizou que essa alternativa foi  
136 apresentada, pois um cenário de um novo acidente seria muito mais catastrófico do que um  
137 bombeamento emergencial, até por se tratar de bombeamento de efluente já tratado a nível  
138 secundário. Nos últimos dias, disse **Beatriz**, o Município definiu um plano de emergência e  
139 contingência: caso todas as medidas adotadas falhassem e a cota alcançasse nome metros e  
140 setenta e cinco centímetros, a população seria evacuada, levada para locais seguros, inclusive a  
141 CASAN já tinha disponibilizado caminhões de hidro jatos e toda logística necessária para um evento  
142 mais crítico. A **Superintendente** destacou que, embora as intensas chuvas ocorridas, essa  
143 operação não foi necessária, pois, com o sistema de bombeamento, a cota se manteve em nove  
144 metros e seis centímetros. Quanto ao local da disposição dos efluentes bombeados, a CASAN



145 lançou a duzentos metros ao Norte do que a FLORAM havia indicado, provocando erosão ao  
146 rompimento da duna. Esta situação é alvo de ato de infração que será remetido à CASAN. **Beatriz**  
147 enfatizou que a operação de bombeamento foi bem sucedida, evitando problemas mais severos. Na  
148 oportunidade, enalteceu o comprometimento de todos os envolvidos evitando problemas mais  
149 graves. Caso haja necessidade de novo bombeamento, o sistema já está locado nas coordenadas,  
150 ao Sul da LEI, definidas pela FLORAM. Em relação às dunas atingidas, por ser em caráter móvel,  
151 elas se recompõem naturalmente. Para além da autuação, há também a compensação ambiental  
152 que será valorada por conta do uso de UC e APP. **Beatriz** disse que foi necessária a adoção dessas  
153 medidas para evitar danos ainda maiores ao ecossistema. Também salientou que a FLORAM, está  
154 avaliando o futuro do parque das dunas que necessita do Plano de Manejo, da instalação da sede e  
155 de equipamentos que possibilitem a convivência e entendimento da população à permanência do  
156 parque. A Superintendente da FLORAM informou que em 23/06, remeteu nova notificação à CASAN,  
157 pleiteando alguns estudos e projetos que, na avaliação da Fundação, estavam pendentes, visando a  
158 análise do que se deu no acidente de janeiro, para que haja maior conhecimento, tanto na melhoria  
159 dos efluentes, quanto na disposição alternativa para que possa haver um rodízio entre LEIs,  
160 considerando que a LEI atual está saturada, para além de sedimentos acumulados, barramento de  
161 contenção do talude e garantir a estabilidade da estrutura. **Beatriz** finalizou sua fala enaltecendo o  
162 grupo técnico multidisciplinar de fiscalização, licenciamento e UC, todos capacitados e  
163 comprometidos com esforço heroico. Também enalteceu os demais órgãos municipais e a CASAN  
164 pela dedicação e compromisso na busca de soluções aos problemas ocorridos. **Beatriz**  
165 disponibilizou o link do site da FLORAM onde estão elencados todos os documentos e informações  
166 relativos tanto a processos de licenciamento quanto ao PRAD, para garantir ampla publicidade. Na  
167 oportunidade, o conselheiro **Eugênio** se manifestou salientando que, como ex-servidor público  
168 federal, está preocupado quando os cargos comissionados assumem as secretarias, fundações e  
169 não prestigiam os servidores efetivos, exemplificando que os técnicos da FLORAM são profissionais  
170 de carreira, diferenciando que os servidores comissionados são do governo e os servidores efetivos  
171 são da sociedade. Como conselheiro da sociedade civil, disse que nesse caminho, os técnicos  
172 efetivos ficam de lado em muitas situações e seus pareceres técnicos não são considerados. Na sua  
173 avaliação, os pareceres dos técnicos devem ser considerados e operacionalizados pela Prefeitura.  
174 Cabe aos comissionados dar vazão a esses pareceres. **Eugênio** disse que essa colocação tem  
175 fundamentação, pois na experiência do Pântano do Sul foi autorizado o condomínio Atlântico Sul. Os  
176 técnicos da FLORAM, de forma profissional, indeferiram o pedido e seguiram orientação do  
177 Ministério Público Estadual e Federal, IBAMA, ICMBIO pela orientação de uma UC. O parecer  
178 técnico não foi respeitado e a Prefeitura, por meio da SMDU, emitiu o alvará. Em relação a Lagoa da  
179 Conceição, existem inspeções por parte do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Santa  
180 Catarina sobre inconformidades. Na época, o Tribunal de Contas encaminhou solicitação de





181 providências, aos entes públicos de Florianópolis, assim como ao Instituto do Meio Ambiente (IMA),  
182 e não foram tomadas providências naquela oportunidade. **Eugênio** disse que o titular do serviço em  
183 relação à CASAN é a Prefeitura. Na sua avaliação está faltando, por parte da Prefeitura, se  
184 aproximar da CASAN, do IMA e da ARESC, assumindo o papel de titular do serviço e determinar as  
185 situações apropriadas como devem ser feitas. Em relação a CASAN, na sua avaliação, percebe que  
186 a responsabilidade está sendo única e exclusivamente da Companhia. Mas a Prefeitura, o IMA e a  
187 ARESC tem as suas responsabilidades de fazer os devidos encaminhamentos. **Eugênio** disse que  
188 há dois processos sobre a Lagoa do Peri no Ministério Público e salientou que tem uma série de  
189 irregularidades por falta de fiscalização. Enfatizou a necessidade de investimento na área da  
190 fiscalização e tomada de atitudes, sérias e necessárias, para evitar problemas decorrentes das  
191 irregularidades. Em atenção à fala do **Eugênio**, **Beatriz** disse que, mesmo não sendo funcionária  
192 efetiva da Prefeitura, de forma nenhuma desconsidera os pareceres dos técnicos, mas pelo  
193 contrário, busca se envolver em todas as discussões para que, qualquer decisão estratégica ou  
194 gerencial, seja justamente pautada pelo entendimento dos técnicos, exemplificando a situação da  
195 Lagoa da Conceição onde as decisões são baseadas nos elementos apresentados pelos técnicos.  
196 Em relação ao Pântano do Sul, citado pelo **Eugênio**, esclareceu que o licenciamento ambiental é  
197 com o IMA, órgão estadual. Em relação aos últimos apontamentos do conselheiro, **Beatriz** disse que  
198 na Semana do Meio Ambiente foi divulgado à população, através da imprensa, que este ano será  
199 elaborado o Plano de Manejo, tanto do Monumento Natural da Lagoa do Peri, quanto do Parque das  
200 Dunas da Lagoa da Conceição. Inclusive disse que está sendo deliberado sobre a composição do  
201 Conselho Gestor do Parque das Dunas. **Beatriz** enfatizou que o Município está buscando instituir o  
202 Plano de Manejo e os equipamentos necessários. Na sequência, **Daniel Crippa Lemos**, engenheiro  
203 civil, membro da diretoria do Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina (SENGE/SC) disse que  
204 quando criança conhecia a LEI, porém não tinha conhecimento que era efluente tratado. Inicialmente  
205 cumprimentou a Superintendente da FLORAM desejando-a sucesso e disse que almeja que a  
206 mesma se informe sobre todo o histórico e tudo o que está ocorrendo em relação ao saneamento na  
207 Ilha de Florianópolis. Em relação à Lagoa da Conceição, **Daniel** disse que tem conhecimento sobre  
208 a operação da LEI e salientou que nos anos de 2018/2019, com base em estudos, começou a  
209 preocupação em relação a capacidade de infiltração da lagoa estar comprometida. Atualmente, o  
210 que entra de esgoto mais a água da chuva, é uma quantidade muito maior do que a que infiltra,  
211 especialmente por conta das chuvas. Para tanto, **Daniel** disse que o técnico da CASAN, Alexandre  
212 Trevisan, está estudando exaustivamente esta situação. Salientou que em 2019, a CASAN solicitou  
213 à FLORAM uma nova área. No entanto, a FLORAM disse que tem feito tratativas e requerimentos à  
214 CASAN a respeito da disponibilidade de efluente, porém, na sua avaliação, a FLORAM não  
215 disponibilizou uma nova área para fazer o descanso da LEI, não orientou uma nova disposição final  
216 do efluente até que houve o rompimento em janeiro/2021. Daí a Prefeitura adotou uma postura



217 culpando a CASAN, como se o Município não tivesse responsabilidade alguma em relação ao  
218 efluente e multou a CASAN. Outra questão é em relação ao bombeamento, em que a CASAN  
219 reduziu consideravelmente a cota da LEI em relação à cota anterior. No dia 07 de junho a CASAN  
220 solicitou autorização da Prefeitura para realizar o bombeamento, visto que desde 2019 não recebeu  
221 orientação do que fazer. Salientou que mesmo após o ocorrido em janeiro, ainda há grande  
222 dificuldade de encontrar uma nova área. **Daniel** enfatizou que de um lado tem a Lagoa da  
223 Conceição, do outro a Praia da Joaquina e no meio as dunas, na sua avaliação, única alternativa  
224 para poder fazer essa infiltração. No dia 15 de junho a CASAN reiterou a solicitação de autorização  
225 do bombeamento, recebendo a autorização no dia 17 para instalação do bombeamento com prazo  
226 até o final do dia 18. **Daniel** disse que a autorização surpreende considerando que a FLORAM  
227 conhece a área e o ponto onde foi solicitada a instalação da bomba não tem outra forma de acesso a  
228 não ser helicóptero ou um buggy. A operação demanda bombas potentes que impetrariam uma alta  
229 carga de energia elétrica, lembrando que o local em questão é um parque inacessível. A CASAN  
230 teria um pouco mais de vinte e quatro horas para a instalação das bombas e chegar à vazão de  
231 duzentos litros por segundo, volume questionado pelo **Daniel**. Na avaliação de **Daniel**, a operação  
232 executada pela CASAN foi muito bem sucedida e acredita que, por parte da Prefeitura, quem  
233 determinou todas as especificações da operação, apostava que a CASAN não conseguiria executar  
234 pela dificuldade do trabalho. Mas a CASAN surpreendeu pela eficiência da operação realizada. Em  
235 relação a vazão lançada nas dunas móveis e que movimentou as mesmas, é importante citar quais  
236 são as consequências ambientais das dunas móveis. Pelo movimento das dunas móveis, a  
237 FLORAM quer fazer outra autuação à CASAN no valor de quinze milhões de reais. A compensação  
238 ambiental por um ato que não gerou danos nas dunas móveis ou pelo uso de uma área para  
239 disposição final dos efluentes, sendo esta a única alternativa. Por fim, **Daniel** deixou seu desabafo e  
240 lamento, porque muitos agentes da Prefeitura têm utilizado as dificuldades da disposição final dos  
241 efluentes dentro da Ilha, para se vangloriar e para tomar posição na mídia. **Daniel** destacou que é  
242 preciso olhar o saneamento com o viés da saúde, do desenvolvimento sustentável e do meio  
243 ambiente. Acredita que o interesse da Prefeitura são os mesmos da CASAN. A Companhia tem  
244 muito recurso contratado, junto aos órgãos de financiamento, para implantar rede de esgoto em  
245 Florianópolis. E a Prefeitura coloca a CASAN como uma inimiga, como uma empresa que quer  
246 poluir, uma corporação que quer lucrar do cidadão sem dar nada em troca. A visão que a Prefeitura  
247 está repassando, em relação à CASAN, é muito distorcida e quem está fazendo isso tem  
248 responsabilidade muito grande. **Daniel** disse ainda que, quando precisa autuar, a Prefeitura autua a  
249 CASAN, mas quando na hora do sucesso, os elogios são aos órgãos competentes. Destacou que é  
250 importante a CASAN e a Prefeitura estejam no mesmo barco e remem para o mesmo lado, pois  
251 quem sofre nesta disputa é a população de Florianópolis. **Daniel** enfatizou que é necessário retomar  
252 a discussão do emissário submarino, considerando que não vê solução para o esgotamento sanitário



253 sem o emissário. Finalizando sua fala, **Daniel** pontuou: Quais são as soluções às tratativas  
254 propostas pela Prefeitura em relação a Lagoa da Conceição, não somente na expansão do sistema  
255 mas também na necessidade de descanso da LEI; Se a CASAN vai ser multada pela nova solução;  
256 Quais foram os critérios utilizados para definir o bombeamento de duzentos litros por segundo.  
257 **Beatriz** esclareceu que a equipe da FLORAM não colocou duzentos litros por segundo e a  
258 destinação do efluente ao Sul, como se fosse uma meta inatingível para prejudicar a CASAN. Após  
259 muita análise, esse volume resultou de um cálculo com base em critérios técnicos, assim também a  
260 definição do local de instalação das bombas. Na sequência, **Pablo** se manifestou enfatizando a  
261 importância de trazer ao Conselho a informação adequada e mais precisa possível, considerando  
262 que os conselheiros são os interlocutores com a sociedade. Primeiramente, **Pablo** questionou o  
263 motivo do Conselho vir a discutir este assunto de tamanha magnitude somente em junho,  
264 considerando que o problema iniciou em janeiro. Salientou que no Município há muito desencontro  
265 de informações e, como conselheiros, este grupo tem o dever de passar aos que aqui representa, a  
266 informação mais próxima da real e as ações previstas para sanar o problema. **Pablo** disse que,  
267 como engenheiro sanitário e Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária da UFSC, tem  
268 conhecimento parcial dos fatos, outros conselheiros tem conhecimento parcial pela entidade que  
269 representam, outros ainda conhecem a situação da Lagoa da Conceição pela mídia ou por ter  
270 colegas que fazem parte do processo, mas a grande maioria não os tem. Os conselheiros e a  
271 sociedade como um todo, está sendo orientada pela mídia, a qual tem a sua lógica de existir e de  
272 trabalhar. **Pablo** disse estar preocupado quando um Conselho, que tem como objetivo levar a  
273 informação do saneamento do Município para seus pares tem sua primeira reunião do ano no mês  
274 de junho. Na sua avaliação, para melhorar a situação do saneamento em Florianópolis, a informação  
275 é fundamental. Uma atitude que já deveria ter sido tomada pelos órgãos de comunicação da  
276 Prefeitura, da CASAN e da ARESC, é que a divulgação das informações com linguagem acessível  
277 para que as pessoas saibam o que aconteceu, o que foi feito e o que se pretende fazer. **Pablo** disse  
278 que tem pessoas publicando vídeos sem conhecimento real da situação. Explanou sua preocupação  
279 em relação a forma como a informação é veiculada, para tanto, é primordial que a Prefeitura assuma  
280 o protagonismo dos esclarecimentos. Também se referiu em relação as informações que confundem  
281 os conselheiros, citando sobre a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Lagoa da Conceição,  
282 se tem ou não desinfecção no sistema na Lagoa. Se não tiver então só tem o sistema de tratamento  
283 secundário, se o efluente tratado que está sendo depositado há mais de vinte anos, tem  
284 acompanhamento, estas são algumas das informações que precisam estar claras para a  
285 comunidade. Inclusive a mídia teria uma fonte de informação resumida, pautada e direcionada  
286 tecnicamente e com linguajar popular. **Pablo** disse que confunde muito a população quando as  
287 informações são transmitidas conforme a forma de pensar do repórter. Salientou que não se pode  
288 ficar refém de especialistas de plantão. Diante destes argumentos, **Pablo** disse que gostaria de





289 saber, tanto da FLORAM, quanto da CASAN, qual é o plano de ação a curto e médio prazo e como  
290 está a proposta do estudo de concepção do esgotamento sanitário do Município de Florianópolis e  
291 do emissário submarino. Na sequência, **Pablo** enfatizou a importância das informações estarem  
292 disponibilizadas nos sites, porém verificou que os documentos do Conselho de Saneamento estão  
293 tanto na Secretaria de Meio Ambiente quanto na Secretaria de Infraestrutura, o que dificulta o  
294 entendimento sobre a que pasta o saneamento está ligado. Ao que **Laudelino** esclareceu que, com  
295 a LC 706/2021, o Conselho está vinculado à SMMA. Já em relação aos documentos disponibilizados  
296 no site, os mesmos estão sendo transferidos, embora com atraso por conta de problemas referentes  
297 ao acesso à rede de internet na nova sede. Em relação ao estudo da concepção do esgotamento  
298 sanitário, **Laudelino** disse que a CASAN encaminhou no início do corrente mês o Termo de  
299 Referência (TR) para contratação de uma consultoria que promoverá o estudo em campo. Este TR  
300 foi distribuído entre todos os participantes do Grupo de Trabalho (GT) que está participando do  
301 processo para que houvesse um enriquecimento do documento. O GT tem o prazo de devolver o TR  
302 até o início de julho para que a CASAN possa iniciar o processo de contratação da consultoria. Em  
303 relação a revisão do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMISB), **Laudelino** disse  
304 que não foram inclusos os impactos financeiros das soluções finais, pois existe a possibilidade  
305 destas causarem um custo de um impacto novo no PMISB que deverá ser revisto assim que o  
306 estudo de concepção der o veredito final. **Laudelino** disse que a CASAN tem apenas mais onze (11)  
307 anos de concessão. Se esta questão não estiver resolvida até 2022 não tem tempo hábil para  
308 implantar qualquer tipo de solução através da CASAN. **Beatriz Kowalski** disponibilizou o link  
309 <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=lagoa+da+conceicao&menu=0> que dá  
310 acesso às informações da FLORAM sobre a Lagoa da Conceição, contendo todos as notificações,  
311 ofícios, folhas de rotina, tanto sobre o licenciamento, quanto o PRAD estão disponibilizados. Em  
312 relação aos próximos passos, **Beatriz** disse que, conforme a Notificação 554, a CASAN deverá  
313 especificar uma área, apresentar uma alternativa locacional, melhoria da qualidade do efluente, além  
314 das ações simultâneas de estabilidade do talude e limpeza do fundo da LEI. **Rodrigo Maestri**,  
315 engenheiro sanitário da CASAN, se manifestou salientando que o Município passa por uma crise  
316 do saneamento, resultado da incapacidade de convergir tecnicamente no entendimento das  
317 soluções que precisam ser encaminhadas e executadas no Município. **Rodrigo** disse que, como a  
318 Superintendente Beatriz chegou há poucos meses na Superintendência, não tem o contexto histórico  
319 do que acontece naquela região. O que ocorre atualmente é reflexo da incapacidade técnica que  
320 vem ocorrendo nos últimos anos. Sobre a busca de alternativa de uma nova área para dar descanso  
321 à LEI, **Rodrigo** disse que a CASAN já demandou isso à FLORAM e ao IMA há quatro ou cinco anos,  
322 desde quando a CASAN já vem alertando os órgãos ambientais sobre esta fragilidade ambiental,  
323 deste risco, desta limitação. Todavia, não houve resposta e talvez boa vontade, para enfrentar o  
324 problema e buscar conjuntamente a solução. É imprescindível que a CASAN e a Prefeitura estejam



325 alinhados para encontrar alternativa à questão ainda neste ano, amenizando os impactos ambientais  
326 nos períodos mais chuvosos. **Rodrigo** também enfatizou a importância da contratação e definição  
327 do estudo de concepção da disposição final do esgotamento sanitário de Florianópolis. Para tanto,  
328 salientou que o COMSAB tem um papel fundamental, pois reúne representantes de toda sociedade  
329 civil, das áreas competentes envolvidas no processo do saneamento na cidade e precisa estar  
330 presente participando, dentro das suas atribuições, para que possa, o mais rápido possível, ter o  
331 plano diretor do saneamento definido. Na sequência, **Emerilson** se manifestou reiterando a fala do  
332 Pablo em relação a comunicação, salientando que reconhece o vasto trabalho realizado pelos  
333 técnicos da CASAN. Na sua avaliação, a CASAN não peca na área técnica e sim na área da  
334 comunicação, pois as informações não chegam à sociedade pelos órgãos responsáveis, mas sim  
335 pela imprensa, com muito sensacionalismo. **Emerilson** disse que, como profissional da área de  
336 saneamento, foi chamado para dar entrevista e teve que se aprofundar, pois a CASAN e a Prefeitura  
337 davam informações distintas à imprensa. **Emerilson** também enfatizou a necessidade de concluir o  
338 estudo de concepção do esgotamento sanitário, que é complexo, mas necessário, dando um  
339 horizonte à CASAN e à Prefeitura, que é a contratante. Em relação à CASAN, **Emerilson** disse que  
340 a Companhia precisa prestar as informações concisas aos órgãos envolvidos e à sociedade, as  
341 quais devem chegar antes da imprensa. E em relação a FLORAM, a qual age por meio de  
342 requerimento, que seja complacente, pois quem licencia sofre uma pressão muito grande, para tanto  
343 é necessário que os pareceres sejam precisos para buscar soluções de forma integrada. **Emerilson**  
344 enalteceu o embasamento técnico no decorrer da presente reunião e o compromisso dos  
345 profissionais em resolver a questão e não apenas querer aparecer. **Cesar Luiz Corbelini**,  
346 funcionário aposentado da CASAN e Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros  
347 Mecânicos/SC (ABEMEC/SC), se ateve à discussão do Sistema de Esgoto da Lagoa da Conceição  
348 onde trabalhou nos anos de 2002 a 2008. Na oportunidade, historiou brevemente o processo,  
349 salientando que sempre foi problema a deposição do efluente final e o sistema de tratamento de uma  
350 forma geral. Salientou que a fala do Daniel Crippa é bastante pertinente. Na sua avaliação, há duas  
351 situações: Ou se dá o destino final adequado com sistema de efluente final ou se volta ao sistema  
352 fossa e filtro sumidouro, pois não tem outra solução. O deslocamento da posição atual do efluente  
353 final para uma nova lagoa temporária é um paliativo para a Lagoa da Conceição. Para **Cesar Luiz**, a  
354 solução definitiva para o sistema não causar problemas constantes é o emissário submarino, não vê  
355 nenhuma outra solução viável. Todos os esforços precisam se voltar para resolver esta questão,  
356 pode não ser a mais barata, mas é a definitiva. Com o rompimento da LEI em janeiro/2021, houve  
357 um grande desgaste por parte de todos os órgãos envolvidos e, com as chuvas torrenciais que estão  
358 sendo frequentes, não tem como garantir que a chuva não se localize na área da LEI ocasionando  
359 novos problemas. Finalizou sua colocação reiterando a urgência de decidir por uma solução  
360 definitiva. Na sequência, **Eugênio** lembrou que na reunião em que foi discutida a concepção do



361 esgotamento sanitário, foi definido que esta pauta voltaria ao COMSAB antes de encaminhar. Outra  
362 questão abordada é sobre a desvinculação entre o Plano Diretor e o PMISB, apontada na  
363 Conferência e também contemplada no PMISB. Os investimentos de saneamento são realizados  
364 mas de pouca durabilidade por causa do grande crescimento da cidade. Se permanecer da forma  
365 como está, o Município nunca terá uma forma adequada de saneamento básico. Na sua percepção,  
366 tem muitas estações de tratamento subdimensionadas em relação à população. **Eugênio** questionou  
367 as colocações do Emerilson sobre as irregularidades, salientando que tanto as construções  
368 clandestinas quanto os diversos empreendimentos como hotéis, restaurantes, shoppings estão  
369 ligados na rede coletora da CASAN de forma irregular. Esta informação é passada pelo Programa  
370 Se Liga na Rede, ao realizar seu trabalho. Considerando ter sido citado, **Emerilson** disse que para o  
371 ilegal não há fiscalização, mas o legal é fiscalizado e precisa se enquadrar às normas técnicas.  
372 **Eugênio**, disse que as estações de tratamento dos condomínios não tem sido fiscalizadas, muitas  
373 vezes ocorrendo vários transtornos de ligações na rede pluvial, exemplificando a Bacia do Itacorubi e  
374 áreas que não tem rede de esgotamento sanitário. **Laudelino** disse que existe o Programa Se Liga  
375 na Rede que abrange todas as áreas onde a CASAN tem rede de esgoto. O maior problema  
376 encontrado é a falta da caixa de gordura. O outro programa é o Trato pelo Capivari que verifica todas  
377 as residências em todo o Rio Capivari, independentemente se tem ou não rede coletora de esgoto. E  
378 em maio de 2021 foi iniciado o Trato Pela Lagoa onde também estão sendo verificados todos os  
379 imóveis que possam, de forma direta ou indireta, contribuir com a emissão de esgoto para dentro da  
380 Lagoa. Também tem o Grupo Sanear que faz as Blitz, sendo composto por um grupo multidisciplinar  
381 que trabalha intensamente com, em média, quinze denúncias semanais sobre extravasamento de  
382 esgoto em locais que não tem rede de esgoto. O Grupo vai ao local, identifica e lacra. **Laudelino**  
383 salientou que muitos destes são de condomínios. Neste sentido, a Prefeitura está com o edital de  
384 licitação pronto para ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração, possibilitando a  
385 ampliação deste serviço, considerando o crescimento desordenado de inúmeras regiões,  
386 exemplificando o Norte da Ilha. As equipes estão continuamente fazendo as vistorias, multando,  
387 autuando, dando prazo, chamando os moradores à responsabilidade, no sentido de regularizar o  
388 lançamento do esgoto no Município. O **Presidente interino** salientou que é um trabalho difícil, pois  
389 muitas pessoas não tem capacidade financeira de poder fazer as ligações de esgoto de forma  
390 correta. **Laudelino** Também informou que na segunda quinzena de junho foi criado o Portal do  
391 Projeto Sanear Floripa, onde estão consolidadas todas as vistorias que a Prefeitura executou pelos  
392 quatro programas. Disse ainda que não adianta atingir as metas de cobertura não tendo efetividade  
393 no tratamento de esgoto. **Laudelino** enfatizou que a Prefeitura e a CASAN tem se empenhado para  
394 que esse trabalho de fiscalização e vistoria, que estão contemplados no PMISB e no contrato de  
395 programa com a CASAN, seja realizado da melhor forma possível e no tempo que for necessário.  
396 Também informou que está ocorrendo o projeto de migração do Sistema de Esgotamento Sanitário



397 (ESE) de loteamento à CASAN. No início da segunda quinzena de junho, foi realizada a doação de  
398 dois sistemas de loteamentos, sendo um do SES do Loteamento Jardim Nova Cachoeira e outro do  
399 SES do Loteamento Jardim Rio Vermelho, em que a CASAN passa a assumir os sistemas, antes  
400 executados pelos loteadores, implementando o padrão de qualidade exigido pelos órgãos  
401 ambientais. A meta é que o SES Red Park seja o próximo sistema a ser doado à CASAN. Na  
402 sequência, **Emerilson** indagou se as três ações em relação à LEI, citadas pelo Rodrigo Maestri,  
403 sendo a limpeza do fundo, a recuperação do talude e o canal extravasor, darão mais segurança à  
404 lagoa existente. Na oportunidade, indagou à FLORAM sobre as aprovações porque, se de um lado a  
405 CASAN diz que não faz por falta de autorização, por outro lado, a FLORAM diz que não autoriza  
406 porque falta informação técnica, solicitou clareza de qual o status desse licenciamento ambiental  
407 dessas atividades para o Conselho ver concluídas estas obras. **Beatriz** informou que no dia 18/06, a  
408 FLORAM emitiu a autorização para a limpeza da LEI. Já no dia 23/06 esteve reunida com os  
409 técnicos da CASAN, os quais informaram que a Companhia está contratando uma empresa  
410 responsável para executar este serviço e a tendência é que a limpeza da LEI se inicie no dia 01/07.  
411 Quanto ao barramento, a FLORAM está aguardando o projeto executivo detalhado com a ART, já  
412 havia recebido o TR e a tendência é de que na próxima semana a FLORAM receba o projeto e, tão  
413 logo, faça a análise e autorize sua execução. Quanto ao extravasor, em 2019, a CASAN havia  
414 realizado um pedido à FLORAM em relação à identificação de uma nova área para LEI, gerando o  
415 Processo I 49/2019. Na época, a FLORAM respondeu, salientando que não tinha a tendência de  
416 autorizar o comprometimento de APPs, UCs, dunas, sem necessidade e, foi estabelecido à CASAN,  
417 a manutenção da daquela área que já estava degradada e que houvessem ações de reabilitação da  
418 LEI existente, até porque havia uma discussão se nos futuros anos, seria mantida a LEI ou se seria  
419 desenvolvido o projeto do emissário submarino. Ainda em 2019, foi dado o prazo de cento e oitenta  
420 dias para que a CASAN apresentasse uma justificativa ou um projeto do que seria realizado. A  
421 FLORAM retomou a análise desta demanda quando recebeu a solicitação de renovação da LAO, em  
422 outubro de 2020, mas sempre sob o ponto de vista que a LEI tinha uma vida útil possível. Por isso,  
423 até então, não tinha sido autorizada uma nova intervenção, pois não havia essa necessidade. Mas,  
424 diante do atual cenário, assim que a CASAN remeter o projeto detalhado, a FLORAM fará a análise  
425 verificando quais são as condicionantes ambientais, onde seria o local mais adequado, para definir a  
426 nova área e dar o alívio à LEI atual, realizando também os serviços de limpeza e manutenção  
427 necessários, retomando o potencial da mesma. A previsão da FLORAM, segundo **Beatriz**, é que a  
428 CASAN inicie a limpeza da LEI no início de julho, assim que tiver a empresa contratada e que faça a  
429 contenção e o barramento. **Emerilson** salientou que não seria uma nova LEI, mas um extravasor  
430 que funcionará durante grandes descargas hídricas, servindo como item de segurança. Na  
431 oportunidade, também falou do estudo sobre a Bacia do Jurerê, que elenca a possibilidade de  
432 recarga, não colocando o emissário como única alternativa, já que a recarga das lagoas é importante



433 para o aquífero. **Emerilson** solicitou à CASAN e à FLORAM, se possível, a apresentação do  
434 cronograma de atividades em relação à LEI da Lagoa da Conceição. Outra questão apontada pelo  
435 **Emerilson** é a sentença judicial impedindo novos alvarás e novas aprovações de projetos na região,  
436 enquanto essa situação não se resolver, inclusive empreendimentos com estações próprias. Neste  
437 sentido, solicitou à Prefeitura informações a respeito dea sentença. Em relação ao cronograma de  
438 atividades, **Beatriz** disse que será disponibilizado no site da Prefeitura. Já em relação à Ação Civil  
439 Pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura ainda não conseguiu reverter.  
440 Todas as entidades envolvidas já apresentaram suas contestações, o MPF vai apresentar sua  
441 réplica e, posteriormente, o processo terá andamento. **Laudelino** enfatizou que a CASAN está, de  
442 forma incessante, buscando prestadores de serviços junto ao mercado, que possam ter a  
443 capacidade técnica necessária para desenvolver as atividades, com menor impacto possível.  
444 **Rodrigo Maestri** se manifestou sobre às colocações do Emerilson, esclarecendo em relação ao  
445 extravasor que está sendo projetado na nova estrutura que será construída. Salientou que são duas  
446 situações diferentes, uma sendo o extravasor de fato para operar em condição de elevação de nível  
447 em condições extremas e a disposição final do efluente que será extravasado em outro local a ser  
448 apontado pela FLORAM. Mas também há necessidade de identificar uma nova área, pois, mesmo  
449 fazendo a limpeza e o barramento da atual LEI, é recomendado ter uma nova área disponível para  
450 fazer a alternância da infiltração. **Alexandre Trevisan** (CASAN) informou que a ETE Lagoa tem  
451 desinfecção com uso de cloro gás como desinfetante. Está em processo ajustes operacionais, fruto  
452 de consultoria com o Prof Sidney Seckler para melhorias no tratamento com justes na aeração para  
453 nitrificação e remoção de fósforo físico químico. Disse ainda que há três macro ações identificadas  
454 no PRAD, em fevereiro/2021, sendo: necessidade de limpeza de fundo; necessidade de uma nova  
455 estrutura de contenção projetada e segura; necessidade de uma nova área de infiltração para  
456 descanso da atual LEI. Em relação ao PRAD, **Alexandre** esclareceu que, mesmo com cenário de  
457 trinta meses, em fevereiro/2021, a CASAN já apontou a necessidade de identificação de novas  
458 áreas. Porém, a FLORAM entendeu que não era o momento. Em relação a disponibilização de  
459 informações, **Alexandre** disse que a CASAN tem o canal de informação específico, no site, sobre as  
460 ações na Lagoa da Conceição, o qual está em constante atualização, inclusive será disponibilizada  
461 uma cartilha de fácil entendimento, mostrando as ações já executadas e as que são necessárias no  
462 cumprimento do PRAD proposto. **César Luiz** disse que, de acordo com as colocações realizadas, as  
463 ações estão sendo realizadas individualmente, sugerindo que os órgãos envolvidos formassem um  
464 grupo de trabalho para tomar as decisões de forma coletiva, agilizando o trabalho. **Fernando** se  
465 manifestou salientando que há soluções técnicas para os problemas apontados, mas viu com muito  
466 mais preocupação nas falas do Pablo, Rodrigo Maestri, Emerilson e César Luiz a necessidade da  
467 convergência das informações e da comunicação. Destacou que no atual século, há inúmeras  
468 plataformas de comunicação e informação, todas muito dinâmicas. Porém, é perceptível a falha de





469 informação e de comunicação de todos os lados, além de sérias omissões. **Fernando** salientou que  
470 os posicionamentos precisam ser, além de convergentes, construtivos. Destacou que o grupo de  
471 trabalho da ACIF vem discutindo, sobretudo, nos últimos dois anos, a respeito do problema do  
472 esgotamento sanitário de Florianópolis e entende que uma das soluções para o Município é o  
473 emissário submarino. Na sua avaliação, esta proposta deve ser devidamente esclarecida e  
474 amplamente discutida, para que a sociedade compreenda como funciona o emissário submarino.  
475 **Fernando** enfatizou que o Município precisa trabalhar com previsibilidade, tanto em relação a água,  
476 quanto em relação ao esgotamento sanitário e as demais dimensões do saneamento básico.  
477 **Laudelino** agradeceu pela participação da Superintendente **Beatriz**, a qual agradeceu pela gentil  
478 acolhida e se colocou à disposição de todos. Na sequência, **Tatiana** se manifestou em relação ao  
479 saneamento básico de Florianópolis, enfatizando que representa, neste Conselho, trinte e três (33)  
480 maricultores, que somam sessenta por cento (60%) das ostras produzidas em Florianópolis.  
481 destacou que os maricultores estão com áreas sob condição, por falta de tratamento de saneamento  
482 básico. No momento, tem vinte (20) áreas de maricultura onde os produtores não conseguem mais  
483 comercializar seus produtos por falta de tratamento de saneamento básico. Na oportunidade,  
484 **Tatiana** indagou: “Quem vai pagar essa conta aos maricultores?” A **conselheira** solicitou que  
485 voltasse ao Conselho a discussão sobre o tratamento do esgoto e sobre o emissário submarino.  
486 Enfatizou que tem esgoto bruto sendo lançado por moradores na Tapera, porém o manguezal é  
487 protegido, tem lei específica de preservação e proteção. Para tanto, **Tatiana** indagou quais são as  
488 ações da FLORAM e da Prefeitura como um todo, que tipo de fiscalização existe na Tapera,  
489 principalmente. Assim também em relação ao manguezal do Rio Tavares, existe uma lei específica e  
490 a previsão da ETE da CASAN é que o efluente seja lançado no Rio Tavares até ter o emissário  
491 submarino. Atualmente tem um parque aquícola que está sob condição, mas se continuar sendo  
492 lançado o esgoto dentro da baía, em breve será impedida a comercialização dos moluscos  
493 produzidos nesta região. Florianópolis é a Capital da ostra, mas também é a Capital que não  
494 preserva, não dá qualidade de água de mar para serem produzidos esses moluscos, concluiu  
495 **Tatiana**. **Laudelino** solicitou à conselheira que repassasse à secretária executiva Paulina, as áreas  
496 que estão sob condição por conta do problema de saneamento. Ao que **Tatiana** disse que as  
497 informações estão disponibilizadas no site da SIDASC. **Laudelino** disse que levará essa discussão à  
498 Superintendência de Saneamento para que possa ser traçado um plano de ação, para ser  
499 desenvolvido junto às vistorias e fiscalizações, nestas regiões. Desta forma, se ainda não tiver a  
500 solução do sistema de saneamento, estas ações poderão minimizar o impacto ambiental. **Tatiana**  
501 solicitou urgência em relação à Tapera. Em relação às áreas, **Tatiana** informou que os maiores  
502 problemas estão no Parque Florianópolis F-5, sub-região Barro Vermelho. Finalizando a reunião,  
503 **Laudelino** informou que está confirmada a reunião extraordinária para tratar sobre o Fundo  
504 Municipal de Saneamento Básico (FMSB), com a participação do Coordenador do Fundo, o



**CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**  
Rua 14 de Julho, nº 375 - Estreito - CEP: 88075-010 - Florianópolis/SC  
E-mail: [conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com](mailto:conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com)

---

505 Secretário Adjunto de Infraestrutura Marco Antônio Medeiros Júnior. A mesma será realizada no dia  
506 15 de julho, às 14 horas, no formato virtual. Nada mais havendo a tratar, **Laudelino de Bastos e**  
507 **Silva** encerrou a reunião e eu, **Paulina Korc**, redigi a presente ata.